

<b>Título</b>	<b>O peso da conta de luz na economia</b>
<b>Veículo</b>	<b>Diário de Pernambuco</b>
<b>Data</b>	<b>09 Jul 2008</b>
<b>Autor</b>	<b>Claudio J. D. Sales</b>

### **O peso da conta de luz na economia**

O Ministério da Fazenda já admitiu que a inflação ficará acima do centro da meta de 4,5% e projeta, para este ano, um Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,74%. Como os preços livres têm disparado, é importante conhecer as reais causas do avanço da inflação e a influência da tarifa de eletricidade no cálculo do IPCA, que mede a inflação oficial.

Esse índice é composto por nove categorias de preços, sendo que as quatro maiores respondem por 66% do total: Transportes (21,1%), Alimentação e Bebidas (20,4%), Habitação (13,6%) e Saúde e Cuidados Pessoais (10,6%). A conta de luz aparece como um subitem da rubrica "Habitação" e seu peso é de 3,89%, sendo que apenas a tarifa residencial é considerada no cálculo.

Apesar dessa baixa influência no cálculo do ÍPCA, as tarifas de eletricidade são alvo predileto de ataques que as apontam como o principal vilão da inflação. Nada mais distante da realidade. As tarifas de luz têm preço administrado e não funcionam como outros produtos ou serviços cujo preço é livre (alimentos, roupas, serviços pessoais etc). Os valores das tarifas se baseiam em contratos de concessão firmados com o Estado e regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O caminho entre as regras dos contratos e o efetivo cálculo das tarifas pela Aneel é longo e depende de domínio técnico e boa dose de arbitragem do regulador, que precisa equilibrar os efeitos que elas produzem no curto e longo prazo. O regulador tem que "calibrar" a balança entre governo (que tem interesses políticos ligados à tarifa), consumidores (que querem a menor tarifa pela maior qualidade) e concessionárias de distribuição (que buscam uma rentabilidade compatível com os custos, riscos e obrigações de seus contratos de concessão).

Cabe ao regulador identificar tais movimentos e, tecnicamente, evitar que os interesses de governantes se transformem em reduções artificiais das tarifas administradas. As últimas revisões tarifárias das distribuidoras de eletricidade revelam a tendência de compressão da conta de luz. Segundo a própria Agência Nacional de Energia Elétrica, a tarifa residencial média no Brasil caiu de R\$ 294,91/MWh, em 2006, para R\$ 293,59/MWh, em 2007. E o IPCA divulgado em 9 de maio apontou redução de 0,49% para a parcela relativa à tarifa residencial de energia elétrica.

Os números demonstram que o setor elétrico tem contribuído para a redução da inflação oficial. Fica, portanto, o alerta: se houver aumento do petróleo, da farinha, do arroz ou de outros preços livres, não venham atacar a conta de luz, que, além de responder por menos de 4% do ÍPCA, sofreu redução real nos últimos 12 meses.

**Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil, entidade que promove a transparência e a sustentabilidade no setor elétrico brasileiro.**